

# *Jornal-Magazine da Mulher*, uma mediação feminina do Neo- Realismo

*Jornal-Magazine da Mulher*, a feminine  
mediation of Neo-Realism

CARINA INFANTE DO CARMO

*Universidade do Algarve/Universidade de Lisboa, Portugal*

ccarmo[at]ualg.pt

*Impossibilia. Revista Internacional de Estudios Literarios*. ISSN 2174-2464. No. 17  
(mayo 2019). Páginas 113-147. Artículo recibido 15 octubre 2018, aceptado 11 marzo  
2019, publicado 30 mayo 2019



**RESUMO:** Coube à imprensa cultural ser o reduto de resistência neo-realista que lhe permitiu sustentar um discurso e uma acção contra-hegemónicos ao salazarismo. Nesse campo importa não esquecer alguns periódicos de destinatário feminino no Pós-guerra, como é o caso do *Jornal-Magazine da Mulher* (1950-1956), dirigido por Lília da Fonseca. Com regularidade mensal, explora as potencialidades de magazine ilustrado e contorna o silenciamento imposto pela Censura à projecção pública do Neo-Realismo, inclusive por via do noticiário e da reportagem. Nessa medida, combina as secções habituais de moda, labores e puericultura com a promoção de obras, autores e ideias-chave neo-realistas, como politização da arte, educação pela arte ou associativismo popular, e com a valorização profissional da mulher, inclusive no domínio intelectual.

**PALAVRAS-CHAVE:** intelectual mediador, Neo-Realismo, campo cultural e literário, imprensa feminina, cultura de participação, hegemonia cultural

**ABSTRACT:** Cultural press was the stronghold of neo-realist resistance that supported a counter-hegemonic discourse and action against Salazar's dictatorship. In this field, it is important to point out some feminine press in post-war time, such as *Jornal-Magazine da Mulher* (1950-1956), directed by Lília da Fonseca. Published monthly, it explores the potential of an illustrated magazine and it bypasses the silence imposed by the Censorship to the public projection of Neo-Realism, including through news and reports. To that extent, it combines the usual sections of fashion, handwork and childcare with the promotion of neo-realist works, authors and key ideas, such as the politicization of art, education through art, or civil associativism, as well as the professional valuing of women, including in the intellectual domain.

**KEYWORDS:** Intellectual as a mediator, Neo-Realism, literary field, feminine press, participation culture, cultural hegemony



A conquista da contra-hegemonia cultural protagonizada pelo Neo-Realismo fez-se, desde meados dos anos 1930, numa correlação de forças desigual no que diz respeito aos meios da sua comunicação. Sabemos que foi poderosa e eficaz a inculcação salazarista de narrativas e imagens de povo, nação e império, em grande medida porque tinha a seu favor o controlo dos *media* escritos e audiovisuais, o poder repressivo da Censura e da violência policial. A imprensa cultural e a palavra escrita tornam-se, então, o reduto da racionalidade intelectual de oposição, contra o nacionalismo fascista e a emergente cultura massificada do entretenimento (Trindade, 2016: 193-199).

A cultura é um lugar da batalha político-ideológica, travada nas décadas de 1930-1940 sobretudo entre dois pólos. De um lado, a *política do espírito*, gizada por António Ferro: esse foi o termo que deu nome à propaganda e ao fomento cultural subordinados aos fins políticos do salazarismo e executados, desde 1933, pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SPN).<sup>1</sup> Do outro, o *humanismo militante* da intelectualidade neo-realista que viu na arte e na cultura em geral “meios para gerar comunidade” (Pita, 2011: 21) e fazer vingar uma *outra* ideia de nação. Com a conferência “A cultura integral do indivíduo – problema central do nosso tempo” (proferida e publicada em 1933), Bento Jesus Caraça sistematiza uma filosofia da

---

<sup>1</sup>O SPN manteve o nome até 1944, quando passou a chamar-se Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI). Ferro foi seu director até 1949, quando foi nomeado ministro de Portugal em Berna. É o intelectual orgânico por excelência do Estado Novo. Congregou um vasto espectro de famílias e afinidades intelectuais, culturais e políticas de direita, na sequência da crise da I República (1910-1926), neutralizando a sua independência e dirigindo-as em função e benefício do regime (Dias, 2011: 83). Nesse âmbito se percebe a apropriação oficial da arte modernista, mobilizada para as manifestações públicas de afirmação do Estado que promoviam o passado glorioso da nação, a vocação imperial e as virtudes do ruralismo.

cultura na base do conceito de *homem culto*, com funda raiz em Marx: a arte é o chão de uma cultura integral que pode influenciar aquilo que conhecemos do mundo e potenciar a emancipação humana. E como? Criando público que aprecie a beleza da arte e dando forma a uma consciência orientada para a acção política que responda aos desafios do seu tempo (Pita, 2011: 22-25).

Como bem demonstrou Luís Augusto Costa Dias, a imprensa cultural foi o veículo, a expressão pública dessas transformações do campo intelectual dos anos 1930 onde se caldeia a resposta neo-realista. Nela confluem trajetórias pessoais e de grupos de idade bastante jovem, na maioria. Aí se dá a

*organização da espontaneidade* num amadurecimento em público [do Neo-Realismo] – *processo de formação* em que o surgimento de tais protagonistas em publicações periódicas juvenis, num longo período entre 1931 e 1940, se desvelou como processo discursivo, de pensamento e de criação *em devir*, até ao momento da sua consagração como autores e, conjuntamente, como movimento cultural (Dias, 2011: 5).

Vive-se o impacto da Guerra Civil de Espanha e das lutas que, pelo Ocidente, se travavam na *defesa da cultura* contra o nazifascismo. Não obstante ser este também o momento da institucionalização do Estado Novo (1933-1945), criam-se condições para a formação de uma consciência neo-realista e lançam-se as questões-chave (e também as tensões internas) da sua definição doutrinária.

Assim acontece em jornais e páginas literárias que têm a sua expressão cimeira em *O Diabo* (1934-1940) e *Sol Nascente* (1937-1940), ambos encerrados em 1940. No fundo, a imprensa cultural proporcionou o encontro e a iniciativa de jovens que virão a ser poetas, novelistas, artistas, críticos e ensaístas. Vários deles envolver-se-ão em projectos editoriais de poesia e prosa, como as colecções «Novo Cancioneiro» (1941-1944) e “Novos Prosadores” (1943-1944), ou de divulgação científica e cultural como a Biblioteca Cosmos (1941-1948),

dirigida por Bento de Jesús Caraça. No fim da II Guerra Mundial, a revista coimbrã *Vértice* é o corolário dessa nova cultura emancipadora:

já como lugar e momento de consagração do longo movimento da imprensa cultural juvenil que constituiu a própria génese do Neo-Realismo, [a *Vértice*] foi a sua própria síntese e, neste sentido, se tornou o órgão oficioso do movimento cultural, das suas próprias dualidades (de que as polémicas “internas” foram lapsos eruptivos que as confirmam), mas também de heterogeneidades tão amplas que incluíram formas tangentes ou aproximações que em rigor não cabem no Neo-Realismo (Dias, 2011: 338).

Os neo-realistas defendem a correlação entre cultura e política, pensamento e acção revolucionária, intervindo junto das massas populares, por diferença do modelo demorepublicano de personalidades cimeiras da revista *Seara Nova*. Reside aí o eixo da posição que José Rodrigues Miguéis assume em 1930, nessa mesma publicação periódica.<sup>2</sup> Procuram na figura do intelectual uma consciência crítica e mobilizadora dos seus concidadãos, “capaz de invadir todas as esferas de uma cultura política [fortemente modelada pelo marxismo], inclusivamente na busca de soluções para uma literatura empenhada” (Dias, 2011: 209).

Querem chegar ao povo e catapultá-lo para o património da arte e da cultura. O ideal de democratização cultural fará de muitos deles produtores e mediadores culturais, empenhados na edição, no jornalismo, no cineclubismo e no associativismo recreativo e cultural. Contra o isolamento na sociedade e a perseguição do Estado, por essas vias, vão ganhando influência crescente. Entre 1930 e o início da década de 1960, a sua capilaridade social (Sirinelli, 1998: 268) torna actantes e profícuos projectos colectivos e interdisciplinares

---

<sup>2</sup>Em polémica com Castelo Branco Chaves, Miguéis contesta o idealismo da Geração de 70 e entra em ruptura com a *Seara Nova*, onde se destacava António Sérgio. As exigências impostas pelo novo momento português, submetido à Ditadura Militar desde 1926, e a crise dos regimes demoliberais do Ocidente levam Miguéis a repensar o papel do intelectual na sociedade, sob uma óptica marxizante, na medida em que “[o]s meios de actuar, os instrumentos, a acção, são o prolongamento necessário das ideias” (Miguéis, 1930: 60). Sobre este assunto, cfr (Pita, 2002: 46-50).

do ponto de vista artístico. A produção e comunicação das ideias beneficia das suas redes de sociabilidade e amizade, de estruturas institucionais precárias, não raro informais, e impulsiona o reconhecimento pessoal e de grupo dentro do campo cultural. Em muitos casos, a rede neo-realista combinou-se com a afinidade ou mesmo a militância no Partido Comunista Português (PCP), cuja imagem e acção beneficiam e viabilizam politicamente uma corrente unitária e cultural na legalidade, desde a sua reorganização de 1940-1942.

Curiosamente já nos anos 1950, há um exemplo na imprensa, em formato *magazine* e de público feminino, que tenta diversificar os circuitos de projecção pública e os destinatários do Neo-Realismo. Aí identificamos o espírito de vulgarização dos temas, actualidades e personalidades neo-realistas, assim como a figura do/a intelectual como mediador/a cultural. Falo em concreto do *Jornal-Magazine da Mulher* (1950-1956), fundado e dirigido por Lília da Fonseca.<sup>3</sup> Estudá-lo-ei em função de formatos e conteúdos orientados por um propósito contra-hegemónico e de mediação do Neo-Realismo, salientando as contradições ideológicas do próprio magazine e a sua relação com as estruturas e discursos do poder e as forças em tensão no campo político-cultural português de meados do século XX.

A figura de Lília da Fonseca (pseudónimo de Maria Lígia Valente da Fonseca Severino, 1906-1991) é exemplar do protagonismo feminino no espaço político-cultural da Oposição. Nascida em Angola, onde se estreia como jornalista (*A Província de Angola, Jornal de Benguela, ABC*), fixa-se definitivo em Lisboa e trabalha, desde 1943, em publicações como *Diário de Lisboa, O Século Ilustrado, Seara Nova, Modas & Bordados, Os Nossos Filhos*. Destaca-se também na literatura e no activismo antifascista.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup>O *Jornal-Magazine da Mulher* começou com 30 páginas, mas, em 1954, já tem 48. Até Fevereiro de 1956, saem 52 números, sendo que, a partir do n.º 49 (Set. 1955), passou a chamar-se *Jornal-Magazine*, numa tentativa de chegar a um público mais vasto. Segundo Vasconcelos (2005: 469), a tiragem “nunca pôde ser muito grande e nem vem mencionada”.

<sup>4</sup>Foi a primeira mulher a concorrer pela Oposição Democrática às eleições para a Assembleia Nacional, em 1957. Em 1969, participou na Comissão Democrática Eleitoral de Mulheres, que veio a fazer parte do Movimento CDE. No domínio literário, estreou-se com o livro de contos *A mulher que amou uma sombra*

Segundo Vanda Gorjão (2002: 267), as mulheres, neste período, não têm em regra posições de destaque na mobilização oposicionista mas a sua actuação é decisiva em colectivos femininos de sucessivas frentes unitárias, como o Movimento de Unidade Democrática (MUD), Movimento de Unidade Democrática Juvenil (MUDJuvenil), Movimento Nacional Democrático (MND), tal como no Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP), dirigido por Maria Lamas, entre 1945 e 1947, ou na Associação Feminina Portuguesa para a Paz (AFPP, 1936-1952). Eis um reduto legal de cidadania para mulheres da burguesia urbana e perfil intelectual. São organizações sem enquadramento estatal – como a tinham a Obra das Mães para a Educação Nacional e a Mocidade Portuguesa Feminina –, que levam à acção política novos estratos sociais como mulheres e jovens, embora não avancem muito na reivindicação de direitos específicos das mulheres (Gorjão, 2002: 190).

Ora, a mulher que dirige o *Jornal-Magazine da Mulher* é uma militante de relevo do campo antifascista: multiplica-se em palestras e escreve em publicações como a *Alma Feminina* (do CNMP) ou no *Boletim* da AFPP, em revistas de educação feminina ou familiar, afastadas ou mesmo fora da esfera salazarista: tal é o caso de *Os Nossos Filhos* (1942-1964), sob a direcção de Maria Lúcia Namorado, onde Lília da Fonseca colabora até à fundação do seu jornal.

O mensário *Jornal-Magazine da Mulher* consolida a posição das mulheres no universo cultural oposicionista que intersecciona o raio de intervenção do Neo-Realismo. Lília da Fonseca, melhor dizendo, Maria Lígia Severina é sua co-proprietária, encarrega-se da respectiva coordenação na sua casa, por falta de meios financeiros (Vasconcelos, 2005: 469-470). Conta na equipa redactorial com intelectuais ligados a organizações de oposição, tais

---

(1941). Seguiram-se *Paguila* (1944), *Poemas da hora presente* (1958), *Filha de branco* (1960) e *O relógio parado* (1961). Evidenciou-se na literatura para crianças e jovens, que lhe mereceu o Prémio João de Deus, em 1960 e 1963. Dirigiu a colecção “Carrossel”, com apoio da Fundação Calouste Gulbenkian. Em 1962, fundou o Teatro de Branca Flor, com peças e bonecos de sua autoria, que integrava o Centro de Animação de Fantoques.

como Alberto Ferreira, Clara Sérgio, Humberto d'Ávila, Lima de Freitas, ou jovens como Luiz Francisco Rebello, José Manuel Tengarrinha, Alda Lara ou José Saramago. A publicação explora as potencialidades do magazine ilustrado e contorna o silenciamento imposto pela Censura à divulgação do ideário democrático, dos modelos de educação e vida em países desenvolvidos do Ocidente, por via do noticiário e da reportagem.

Os seis anos de circulação do jornal coincidem com os *anos de chumbo* do salazarismo – tempo de agravamento dos mecanismos censórios sobre o campo literário e cultural que Ferro nunca conseguiu cooptar para a sua *política do espírito*; tempo de repressão sobre o PCP; tempo de recomposição do regime graças à adesão de Portugal à NATO. Se foi expressiva a mobilização oposicionista na campanha à Presidência da República de Norton de Matos, de 1949, sucedem-se as ilegalizações do MUD e do CNMP, em 1947, da AFPP, em 1952 e do MUDJuvenil, cinco anos depois. Um novo *élan* oposicionista acontece, em 1958, com as candidaturas à Presidência da República de Arlindo Vicente e Humberto Delgado mas tem um antecedente relevante: refiro-me às comissões unitárias legais em prol da paz, activas nos primeiros anos de 1950, sob o impulso do PCP e do Congresso Mundial dos Intelectuais pela Paz, realizado, em Wrocław (Polónia), em 1948 (Carneiro, 2013).

O *Jornal-Magazine da Mulher* combina as secções habituais de moda, labores e puericultura com a valorização profissional da mulher, inclusive no domínio intelectual. O editorial do primeiro número não deixa dúvidas quanto à sua pretensão de promover a mulher na sociedade:

*Jornal-Magazine da Mulher* não condescende com uma limitação ao seu pensamento, pelo facto de ser uma revista feminina. Pelo contrário, é mesmo esta sua qualidade que o leva a acompanhar os problemas que a vida moderna impôs, principalmente no que diz respeito à mulher, assim como todos os assuntos que interessam indistintamente ao homem e à mulher, para que a ambos a sua leitura prenda, e aquela última se sinta, [*sic*] apoiada e compreendida

nos seus sonhos, nos seus anseios e nos seus esforços dentro da sociedade a que pertence (Jun. 1950: 3).

Assim se furta ao modelo paternalista, moralista e repressivo da ideologia salazarista que enquadrava a mulher em rígidos padrões identitários e comportamentais. Não entra em ruptura com os padrões da família burguesa. Ainda assim, dá voz a mulheres notáveis no espaço público que, como Lília da Fonseca, assumem a sua consciência política antifascista, de acordo com factores de pertença social e económica e de modelos sócio-ideológicos democráticos e mais paritários entre os dois sexos.

Não admira que o n.º 7 (Jan. 1951: 8-9) inclua uma reportagem feita na fábrica de chocolates Favorita para dar a ver o duro quotidiano das operárias, mal pagas e carentes de estruturas de apoio à infância e à escolarização, em consonância com a óptica adoptada por Maria Lamas em *As mulheres do meu país* (1948-1950).<sup>5</sup> Já a revista *Os Nossos Filhos* promovera a vida profissional das mulheres, inclusive de índole intelectual,<sup>6</sup> mas aqui afrontam-se coerções legais ao trabalho feminino e tabus que dizem respeito à saúde reprodutiva da mulher. É o caso de uma reportagem sobre a contestação ao interdito a mulheres casadas da enfermagem em hospitais civis (n.º 2, Jul. 1950: 9, 28), fixada em lei em 1942 e que, em 1950, leva à expulsão de enfermeiras do Hospital Júlio de Matos e, depois, à prisão de activistas. Já no n.º 45 (Nov. 1954: 21, 24), Dulce Rebelo entrevista o médico Seabra Dinis para divulgar o parto sem dor: um método de origem soviética, com difusão em França, por empenho do

---

<sup>5</sup>No livro-reportagem de Maria Lamas, dedicado às mulheres trabalhadoras em Portugal, entre elas as operárias, não faltam a denúncia da exporação e o potencial emancipatório destas últimas (muito mais do que das camponesas), assim como o conceito de amor familiar e da maternidade que alimentou o imaginário comunista da nação naquela conjuntura histórica (Neves, 2008: 229-237).

<sup>6</sup>Inquérito “Como trabalham as nossas escritoras? O que pensam elas da sua própria obra?”, *Os Nossos Filhos*, n.os 86 (Jul. 1949), 88 (Set. 1949), 89 (Out. 1949), 105 (Fev. 1951) e 114 (Nov. 1951). A lista de inquiridas coincide, quase na íntegra, com o universo oposicionista, replicado no *Jornal-Magazine da Mulher*: Maria Lamas, Manuela Porto, Aurora Jardim, Alice Ogando, Sara Beirão, Raquel Bastos, Virgínia Lopes de Mendonça, Emília de Sousa Costa, Maria Archer, Manuela Azevedo, Lília da Fonseca, Ilse Losa, Adelaide Félix e Matilde Rosa Araújo (Pessoa, 2016).

Partido Comunista Francês, suscitando nesse país um debate acalorado com argumentos teológicos, científicos e políticos, determinados pela Guerra Fria.



*Fig. 1. Capa n.º 1, Junho 1950*

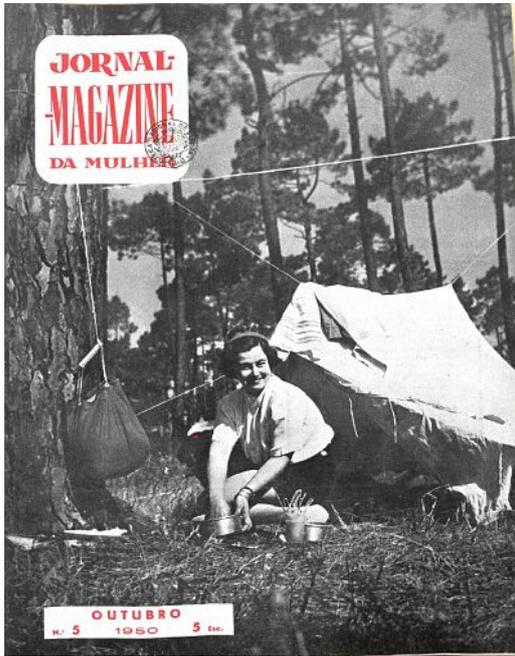


Fig. 2. Capa n.º 5, Outubro 1950

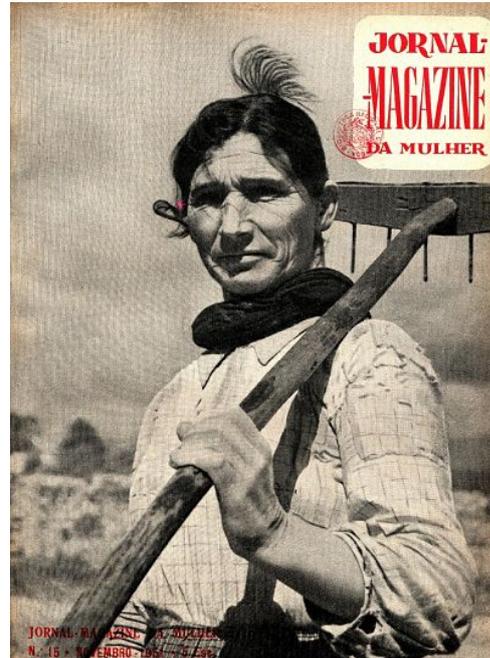


Fig. 3. Capa n.º 15, Novembro 1951



Fig. 4. Capa n.º 23, Janeiro 1953



Fig. 5. Capa n.ºs 33-34, Nov-Dez 1953



Fig. 6. Capa n.º 48, Março 1955

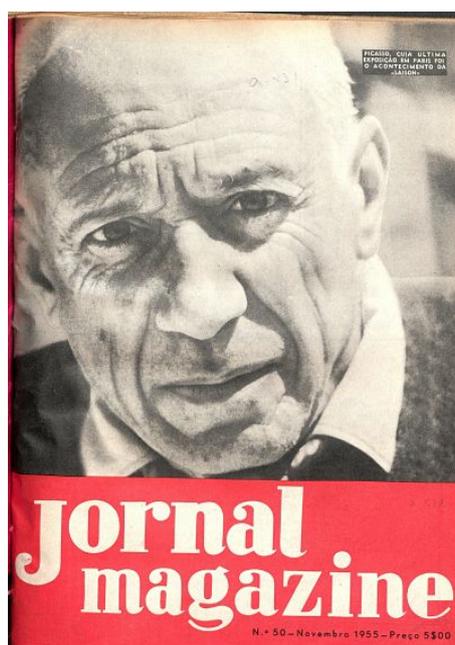


Fig. 7. Capa n.º 50, Novembro 1955

Basta folhear as capas (Figs. 1-7) para intuirmos afinidades da revista com criadores e intelectuais neo-realistas mas também informações sobre hábitos de lazer e consumo de uma média burguesia urbana de esquerda que, no Pós-Guerra, é atraída pela intervenção neo-realista (concertos, recitais, edições),<sup>7</sup> com forte conotação política, pela valorização da actividade campista (entendida como motor de activismo militante), pelo exemplo da resistência francesa e pela figura do intelectual empenhado, de que eram emblema Picasso, Einstein ou Chaplin.

A fada-do-lar burguesa e mãe zelosa define um modelo conservador de mulher da revista, patente na promoção de assinaturas em que a publicação intereage com o seu público. Oscila-se entre o espírito de entre-ajuda militante e o *marketing* publicitário de concursos e prémios para angariadores de assinaturas. O requinte dos figurinos de moda e o primor dos labores domésticos, a publicidade a lojas de roupa, cosmética, electrodomésticos ou colégios privados de Lisboa, as actualidades do mundo do espectáculo, em particular das estrelas do cinema italiano, francês e português; tudo isto são indicadores do imaginário das leitoras do *Jornal-Magazine da Mulher*.

Também aqui se nota a contradição entre a ideia de resistência político-cultural e um razoável conservadorismo da imagem da mulher. Lília da Fonseca não podia esquecer a viabilidade económica da revista, alargando, por isso, o tipo potencial de leitoras, mesmo à de mais fraca politização. Numa sociedade tão desigual como era Portugal nos anos 1950, comprar revistas (para mais com matéria cultural) era um *luxo* de alguma burguesia urbana. Depois, conta no universo cultural neo-realista (hegemonizado por homens e permeável ao discurso do PCP, ele próprio visando um espectro sócio-ideológico largo: antes de mais, o proletariado urbano e rural e, depois, camadas da burguesia progressista e intelectual) predomina um conceito de família e maternidade tradicionais, mesmo se se valorizam, em

---

<sup>7</sup>Não por acaso a capa do n.º 48, de Março de 1955 (Fig. 6), é da autoria de um destacado artista plástico neo-realista, Cipriano Dourado.

contrapartida, o trabalho feminino ou um tema da saúde reprodutiva da mulher como o parto sem dor. Na contra-ofensiva ideológica ao moralismo salazarista e católico que, nas décadas de 1930-1940, tanto visara as mulheres, em especial o trabalho fora de casa e a sexualidade, ainda não se traduzia no *Jornal-Magazine da Mulher* a veemência das reivindicações feministas que só farão o seu caminho, com impacto público, nas duas décadas subsequentes.<sup>8</sup>

As leitoras potenciais desta publicação revelariam apetência pela cultura erudita de resistência, de que o periódico dá nota regular. Por exemplo, no n.º 2 (Jul. 1950: 4), regista as comemorações do 15.º aniversário da Associação Feminina Portuguesa para a Paz, em Lisboa, realizadas no mês anterior (Figs 8-10).



Fig. 8. N.º 2, Julho 1950: 4

<sup>8</sup>Na fase inicial do movimento, entre 1935 e 1940, jornais de matiz crescentemente neo-realista, *O Diabo e Sol Nascente*, dedicam espaço ao estatuto social e à representação literária da mulher, de tal modo que ficam numa espécie de “impasse ideológico” (Ferreira, 1996: 148): apontam para o ideal de uma *mulher nova*, valorizam a operária nos seus direitos laborais e cívicos, mas desmerecem a emancipação social e sexual da mulher.



A pianista Maria de Graça Amado da Costa



A cantora Maria Alice Torres de Almeida



# GRANDE FESTIVAL da PRIMAVERA

O Grande Festival da Primavera, organizado por «Jornal-Magazine da Mulher» no Salão de Festas da Sociedade «A Voz do Operário» inicialmente anunciado para 15 do mês corrente, foi transferido para o dia 5 de Junho próximo.

Os artistas que nele colaboram e que tão bem compreenderam o significado de uma realização como esta no campo da cultura, do pensamento e da estética, cooperando tão prontamente conosco, são alguns dos melhores valores do nosso meio artístico e são eles que farão do Grande Festival da Primavera, o acontecimento realmente insular que não passará despercebido ao público da capital.

O seu programa de canto, de música, de poesia, de bailado e de teatro, está assim constituído: (Continua na pág. 21)



A cantora-dançarina Maria Barros



← O coro da Academia dos Amadores de Música — Sociedade de Estudos — sob a direção do prof. F. Leite Lopes

Fig. 9. N.º 27 Maio 1953: 3

## Grande Festival da Primavera

(Continuação da pág. 3)

### PROGRAMA

DUAS PALAVRAS DE ABERTURA  
por Lília da Fonseca

#### 1.ª PARTE

10 CANÇÕES POPULARES  
PORTUGUESAS  
de F. Lopes Graça

- 1 — Os homens que vão prá guerra
- 2 — Fui-te ver estavas lavando
- 3 — Canção das maçadeiras (Vozes Femininas)
- 4 — Ó ladrão que te vais embora  
Solistas: Maria Isabel Correia  
Ruth Pfluger  
Augusto Prostásio  
Fernando Barroso
- 5 — Oh que janela tão alta  
Solista: Maria de Sousa Marques
- 6 — Maria da Conceição
- 7 — Aldeia da Caridade (Vozes Masculinas)
- 8 — Cantiga da Atalaia
- 9 — Negro Melro
- 10 — Canta, Camarada, canta

pelo CORO DA ACADEMIA  
DOS AMADORES DE MÚSICA  
(Secção de Folclore)

direcção do Prof. F. Lopes Graça

#### RECITAL DE POESIA

por Maria Barroso

*A Senhora de Brabante* Gomes Leal  
*Poema* ... .. Fernando Pessoa  
*Ode ao Vento* ... .. Miguel Torga  
*Uma Ave e o Poeta* ... Teixeira de Pascoais  
*Dame la mano* ... .. Gabriela Mistral  
*Vivre* ... .. Nazim Hikmet  
*Um Poema* ... .. Mário Dionísio  
*Cala-te, Mar* ... .. Gomes Ferreira

#### 2.ª PARTE

#### RECITAL DE CANTO

por Maria Alice Vieira de Almeida

#### AO PIANO

Maria Beatriz Soares

*Sorrow, stay* ... .. Dowland  
*Come, Again* ... .. Dowland  
*Asturiana* ... .. Falla  
*Cançión* ... .. Falla  
*Nana* ... .. Falla  
*Polo* ... .. Falla

#### RECITAL DE PIANO

por Maria da Graça Amado da Cunha

*Seis danças em ritmo búlgaro* Béla Bartók  
(do «Microcosmo»)

#### 3.ª PARTE

#### TEATRO MEDIEVAL FRANCES

«Farsa de Mestre Pathelin» (1 acto)

Pelo Grupo Cénico da Cooperativa dos Trabalhadores de Portugal

Encenação de Arnaldo Aboim

Os bilhetes continuam à venda na Casa Sasseti, Rua do Ouro, 56, Valentim de Carvalho, Rua Nova do Almada, 90-95 e a partir de 3 de Junho também na bilheteira de «A Voz do Operário», Rua da Voz do Operário, 9 a 15.

Fig. 10. N.º 27, Maio 1953: 30

Essa celebração ocorreu em Lisboa e no Porto. No conjunto, realizaram-se conferências de Maria Lamas e Teixeira de Pascoaes sobre a paz, uma festa infantil com actuação do coro infantil da AFPP e a exibição de dois filmes para crianças, assim como saraus de poesia e música de Manuela Porto, acompanhada por Eurico Tomás de Lima (no Porto) e, em Lisboa, com Maria Barroso, precedidas por uma palestra de Vitorino Nemésio (Serralheiro, 2011: 144-151). Os intervenientes são, quase todos, personalidades da cultura oposicionista, então envolvidas na luta unitária pela paz e, subtilmente, no combate ao regime salazarista. Em 1953 (n.º 27, Maio 1953: 3, 30), o próprio *Jornal-Magazine da Mulher* organiza, a 5 de Junho, o Grande Festival da Primavera, na Voz do Operário, colectividade lisboeta com pergaminhos na instrução do operariado e na resistência ao Estado Novo.

Aumenta, com o avançar da publicação, o noticiário breve e a reportagem sobre a dinâmica do associativismo recreativo e cultural, sobretudo de Lisboa e seus arredores. É insistente a evidência do teatro amador: o n.º 46 (Dez. 1954) inventaria associações populares destacadas nesta área. Acresce o ensaio “O papel dos grupos amadores no renascimento do teatro nacional” (n.º 46, Dez. 1954: 4-5), de António José Saraiva. Aí reflecte sobre a importância dessas estruturas para o aumento dos espectadores, além de uma restrita burguesia urbana. No seu entender, só assim se animaria a cena teatral e a produção dramática nacional, para se “sair da concepção estática e passiva da arte” (n.º 46, Dez. 1954: 4) e unir “criação e participação no espectáculo” (n.º 46, Dez. 1954: 5).

Em cada um destes aspectos se comprova o empenho numa *cultura de participação* de que o jornal quer ser o suporte irradiador. A expressão destacada a itálico inspira-se no conceito de “música de participação” com que Mário Vieira de Carvalho (2006: 155), na esteira de Heinrich Bessler, descreve o cancionário político e as harmonizações de música popular portuguesa, de Fernando Lopes-Graça, interpretados pelo Coro da Academia de Amadores de Música: um “repertório destinado à livre apropriação pelas pessoas comuns, nos mais diversos contextos de convivência e acção, e não destinado à execução por artistas

profissionais, na sala de concertos” (Carvalho, 2006: 155). Com as devidas adaptações, o que o *Jornal-Magazine da Mulher* se propõe fazer é a mobilização cultural de públicos mais vastos e não especializados, dando a conhecer iniciativas, obras, personalidades da cultura, claramente identificadas com o campo oposicionista e neo-realista.

Com o *design* gráfico refrescado, no n.º 49 (Nov. 1955), a distinção de jornal cultural e o âmbito internacional das matérias tratadas acentua-se claramente. A ambição de chegar a mais pessoas, com maior qualidade jornalística, justifica a já referida redução do título a *Jornal-Magazine*. Inicia-se, então, a coluna “Vocabulário de ideias”, de autoria de António José Saraiva (Fig. 11), com o objectivo de vulgarizar um dicionário cultural básico. Ressoa, de forma simplificada, a influência de Bento de Jesus Caraça, no seguinte excerto do verbete intitulado “Cultura”:

esta palavra Cultura tende a exprimir cada vez mais um ideal, ou desideratum, a carregar-se de esperança e dinamismo. [...] cultura é o desenvolvimento da consciência individual no sentido da libertação do homem em relação a todas as forças que querem esmagá-lo. Um homem é culto na medida em que sabe libertar-se da deformação profissional, dos preconceitos hereditários, das propagandas, na medida em que é capaz de determinar o seu próprio juízo, na medida em que é activo e não mero produto passivo da ignorância, da superstição, do automatismo gregário e do condicionamento económico (n.º 49, Nov. 1955: 14).



Fig. 11. N.º 49, Outubro 1955: 14-15

António José Saraiva foi um dos protagonistas, pela banda mais ortodoxa, da chamada *Polémica Interna* do Neo-Realismo, alimentada nas páginas das revistas *Vértice* e *Seara Nova*, entre 1949 e 1953. No *Jornal-Magazine da Mulher* não há rasto dessa contenda, travada em torno do que deveria ser a arte comprometida – ou determinada por uma vocação estritamente militante e cheia de rigores antiformalistas/modernistas ou movida pelo potencial transfigurador da oficina artística, consciente dos seus materiais e instrumentos de trabalho (Madeira, 1996: 277-314). Todavia, o seu crítico residente, Nascimento Rodrigues, expressa um conceito estreito de realismo para defender as “responsabilidades” (n.º 20, Abr. 1952: 21) de um autor neo-realista: ao tratar novas realidades sociais, deveria condicionar “um

qualquer curso que lhe ofereça a livre imaginação” (n.º 20, Abr. 1952: 21), facto que o leva a demolir *Retalhos da Vida de um Médico* e *Casa da Malta*, de Fernando Namora.<sup>9</sup>

O *Jornal-Magazine da Mulher* faz sobretudo promoção artística, na maioria de cunho neo-realista, e segue a actualidade mais ou menos próxima. No cinema, destaca, no n.º 7 (Jan. 1951: 21), a referência maior do Neo-Realismo italiano, *Ladrão de bicicletas* (1948), de Vittorio de Sica. No n.º 25 (Mar. 1953), a capa do jornal traz um fotograma de *Vidas sem Rumo*, realizado por Manuel Guimarães com diálogos de Alves Redol, apenas estreado em 1956, depois de submetido a apertada censura. Já a encenação de *A morte do caixeiro viajante*, de Arthur Miller, no Teatro Monumental (Lisboa), é pretexto para entrevistar os tradutores (José Cardoso Pires e Victor Palla) da peça, publicada na colecção “Os livros das três abelhas” que ambos dirigiam (n.º 29, Jul.1953: 9).

Em contraponto aos certames do Estado, as Exposições Gerais de Artes Plásticas (EGAP), organizadas na Sociedade Nacional de Belas Artes (1946-1960), suscitam apontamentos regulares. Logo o n.º 1 (Jun. 1950: 17) reproduz duas presenças na V EGAP, realizada nesse ano, ambas figurando mulheres: uma escultura de Maria Barreira e um retrato de Maria Clementina Carneiro de Moura. Nos n.os 33-34 (Nov.-Dez. 1953: 26-27) cabe a Lima Freitas apreciar a VII EGAP (desse ano), seleccionando para ilustração uma pintura de Júlio Pomar<sup>10</sup> e uma gravura de Júlio Resende, ao lado de exemplares de gravura futurista italiana e da escola moderna francesa, expostos, no mesmo período, pelo SNI, no Palácio Foz. Este balanço dá sinal da pujança da gravura entre nós, sobretudo pela mão de jovens neo-realistas que vêem nesse suporte a potencialidade de uma reprodução mais democrática da arte, aliada

---

<sup>9</sup>As notas críticas sobre *Casa da malta* surgem no n.º 20 (Abr. 1952: 21 e 30) e sobre *Retalhos da vida de um médico*, no n.º 3 (Ag. 1950: 23), tendo estas suscitado uma carta de repúdio do escritor, parcialmente publicada no n.º 8 (Fev. 1951: 22).

<sup>10</sup>A pintura de Júlio Pomar (cronista ocasional do *Jornal-Magazine* e membro da organização das EGAP) intitula-se *Mulheres trabalhando o arroz*. Esta obra integra o projecto Ciclo do Arroz que, sob orientação de Alves Redol, levou artistas neo-realistas a procurar conhecer e recriar o povo dos arrozais ribatejanos.

ao compromisso político e à transformação social. Alguns deles virão a reunir-se, em 1956, na Sociedade Cooperativa de Gravadores Portugueses.

A cultura literária é preponderante no *Jornal-Magazine da Mulher*. Coordenada por Nascimento Rodrigues, a página “Artes, poesia e letras” inclui formatos jornalísticos variados, com vantagem para a notícia breve ou alargada, a nota de recensão, a crónica e a entrevista. Há contos originais ou já editados, quase sempre de autores da constelação neo-realista. Vejam-se, a título de exemplo, Manuel da Fonseca, “Mestre Finezas” (n.º 50, Nov. 1955: 18), reproduzindo a versão publicada na 2.ª edição de *Aldeia nova* (1944); Alexandre Cabral, “O mundo é do homem” (n.º 9, Mar. 1951: 11 e 30), ambos com ilustração de Cipriano Dourado; mas também não neo-realistas como Miguel Torga, com “Jesus” (n.º 46, Dez. 1954: 36), conto de *Bichos* (1940), desta feita ilustrado por António Domingues.

Nota-se igualmente o empenho em dar visibilidade à prosa breve de autoria feminina: “Uma vida”, de Manuela Porto (n.º 12, Jun. 1951: 14-15), entretanto falecida; “Chegada a Londres”, de Ilse Losa (n.º 8, Fev. 1951: 9); “Os extremos tocam-se”, de Lília da Fonseca (n.º 1, Jun. 1950: 6-7); ou “O sonho”, de Patrícia Joyce (n.º 3, Ag. 1950: 19 e 21). Já Ana Paula Ferreira sublinhou a importância do conto na vaga de ficção feminina, saliente desde finais dos anos 30 até finais dos anos 40. Depreciado/a como escrita menor, escapista, o conto, a crónica escrito/a por mulheres deu forma a “*outro* realismo crítico” (Ferreira, 2002: 46). Assim se afirmaram escritoras à revelia da instituição literária e do movimento neo-realista, dominado por homens como também foi. É uma literatura “desempareirada” (Ferreira, 2002: 27) do Neo-Realismo, entretanto em processo de consagração, na medida em que ela dá voz a “novas liberdades, aspirações e, sobretudo, limitações de mulheres coarctadas tanto por mitos tradicionais do género como por divisões socioeconómicas” (Ferreira, 2002: 22). O *Jornal-Magazine da Mulher* marca, entretanto, uma posição interessante: publica autoras daquela vaga (como as acima enunciadas que participam das redes de sociabilidade, produção e fruição

cultural neo-realistas/antifascistas) e selecciona um número quase equilibrado de contistas homens e mulheres — facto que se repete nos inquéritos e entrevistas feitos a escritores.

Quando se trata de acompanhar a criação da “Associação dos Escritores Portugueses”, não são chamados Aquilino Ribeiro ou Ferreira de Castro, subscritores iniciais da carta-circular que desencadeia o processo fundador daquela agremiação. No número duplo 40-41 (Jun.-Jul. 1954: 24-25), toma a palavra Adelaide Félix, que faz parte da Comissão Organizadora e virá a integrar a direcção da que se chamará Sociedade Portuguesa de Escritores (SPE), em 1956. A entrevistada conta os pormenores (possíveis de relatar sob Censura) da (que sabemos atribulada) criação desta estrutura que se destacará com a atribuição de prémios, independentes do Estado e subsidiados pela Fundação Calouste Gulbenkian (George, 2002: 20-37). Dá conta das debilidades do campo literário português, pouco profissionalizado, condicionado pela individualização do trabalho literário, pela dificuldade de chegar a públicos mais vastos. Sem o poder dizer às claras, em causa está a busca de um espaço de actuação autónomo em relação ao poder político/policial: procurava-se furar o isolamento a que os escritores estavam votados não apenas pela Censura e pela repressão política mas sobretudo pela debilidade dos organismos culturais (mais ainda os não tutelados pelo Estado) e pelo elevado índice de analfabetismo do país.

Outra dimensão interessante nesta publicação é a atenção dada a África, certamente devedora da origem da sua directora, que continuava a ser correspondente do jornal *A Província de Angola*. Desde o primeiro número há uma página dedicada ao Ultramar. Evidencia-se a colonização branca, exalta-se o desenvolvimento em curso, sobretudo em Angola, remetendo os negros para a imagem exótica e a necessidade da *civilização do indígena*. O número duplo dedicado à Guiné (n.os 17-18, Jan.-Fev. 1952) segue a mesma orientação e chega a incluir citações do Ministro do Ultramar e uma entrevista à esposa do Governador. Não por acaso a Companhia de Diamantes de Angola (Diamang) patrocina anúncios de

página inteira em 1951, no mesmo ano da emenda constitucional que substituíra o termo colónias por províncias ultramarinas.

Curiosamente, o interesse pela literatura africana de língua portuguesa desvia a atenção do jornal para a erupção cultural anti-colonial e protonacionalista que emerge entre a diáspora estudantil africana, organizada no MUDJuvenil e com ligações ao PCP (Pereira, 2005: 530-555). Acompanha as edições literárias promovidas pela Casa dos Estudantes do Império e reproduz um excerto da palestra de Mário Pinto de Andrade “Aspectos da literatura negro-africana” (n.º 12, Jun. 1951: 21) que não anda longe da reivindicação da negritude. Dá à estampa poemas de Agostinho Neto e Alda Espírito Santo, nos n.ºs 40-41 (Jun.-Jul. 1954: 7). Ainda mais relevante é a entrevista de Mário Pinto de Andrade a Castro Soromenho (n.º 38, Abr.-Maio 1954: 18; Fig. 12). O entrevistador é então alguém empenhado na projecção da cultura angolana e, depois, na luta política anticolonial.<sup>11</sup> Fala de Soromenho como escritor “inteiramente alheio a toda a literatura de exaltação incondicional dos «colonos»” (n.º 38, Abr.-Maio 1954: 18) e o primeiro a iniciar com *Terra morta* (1949) “o romance não colonial mas africano *tout court*” (n.º 38, Abr.-Maio 1954: 18). Se antes fora premiado pela Agência Geral das Colónias, no concurso de Literatura Colonial, o autor de *Terra morta* marca um ponto de viragem com esta obra: o romance é proibido de ser editado pela Censura, em 1945, e, à data desta entrevista, conhecia apenas a edição brasileira de 1949.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup>Nascido em Angola, Mário Pinto de Andrade (1928-1990) foi aluno de Filologia Clássica na Faculdade de Letras de Lisboa, desde 1948. Criou, em 1951, o Centro de Estudos Africanos, ao lado de Amílcar Cabral, Francisco José Tenreiro e Agostinho Neto. Em 1954, parte para o exílio parisiense onde participa nos círculos africanos da capital francesa: foi secretário da revista *Présence Africaine*, até 1958. Segue-se a luta anticolonial que deu origem ao MPLA, de que foi presidente e secretário-geral. Foi um destacado ensaísta na área da Sociologia e dos estudos da poesia africana lusófona. Organizou antologias, entre elas a *Antologia negra de expressão portuguesa* (1958), antecedida pelo caderno *Poesia negra de expressão portuguesa* (1953), organizado com Francisco José Tenreiro, que é a primeira manifestação da negritude nas literaturas africanas lusófonas, por acção do referido Centro de Estudos Africanos e inspiração no pensamento de Aimé Césaire e Senghor.

<sup>12</sup>*Terra morta* teve uma tradução em França, em 1956, com prefácio de Roger Bastide, e só é publicada em Portugal em 1961. Nascido em Moçambique, com ascendentes cabo-verdianos e portugueses, Castro Soromenho (1910-1968) viveu a infância e juventude entre Angola e a metrópole, onde se fixa em 1937. Foi



Fig. 12. N.º. 38, Abril-Maio 1954: 18

A consistência e desassombro do pensamento de Soromenho são explícitos, quando diz criar uma “expressão literária da África negra” (n.º 38, Abr.-Maio 1954: 18) e denuncia a violência e a falência coloniais, como o faz em *Terra morta*. A verdade é que estamos nas vésperas do deflagrar da Guerra Colonial e Soromenho revela o drama do homem marginal, fosse ele negro, mestiço ou branco. Pretende continuar o projecto iniciado com *Terra morta*,

um intelectual antifascista que se encarregou, com António Pedro e Adolfo Casais Monteiro, da campanha na rádio de Norton de Matos, em 1949. Foi director literário da Sociedade de Intercâmbio Cultural Luso-Brasileiro e, em 1953, funda a Editorial Sul, encerrada quatro anos depois. Perseguido pela PIDE, exila-se em França, EUA e Brasil, entre 1960 e 1968, data da sua morte, por envolvimento em actividades conspirativas contra o regime. Em França foi leitor de Português e espanhol na editora Gallimard, colaborou nas revistas *Présence Africaine* e *Révolution*. Nos EUA e sobretudo no Brasil, foi professor universitário e investigador na área da Etnografia angolana.

numa “trilogia de romances neo-realistas” (n.º 38, Abr.-Maio 1954: 18), o que vem a concretizar em *Viragem* (1957) e *A chaga* (1970), editados em Portugal e no Brasil, respectivamente.

Esta identificação com o Neo-Realismo é sintomática do papel catalisador que aquele movimento teve junto dos jovens escritores africanos, interseccionando estes as redes de sociabilidade e a constelação alargada dos neo-realistas (Laranjeira, 1995: 98-124).<sup>13</sup> Soromenho não é exactamente neo-realista mas “pode perfeitamente integrar-se na sequência dum realismo crítico e social, na vizinhança de alguma obras de Ferreira de Castro sobre a diáspora portuguesa” (Viçoso, 2011: 275-276). Em todo o caso, partilhou com os neo-realistas um conceito afim de acção cultural e política, na resistência ao salazarismo. Esta entrevista a Castro Soromenho publicada no *Jornal-Magazine da Mulher* não é certamente alheia à participação de Lília da Fonseca nesse ambiente cultural africano na metrópole — integra o Movimento dos Novos Intelectuais de Angola, fundado em 1948, e colabora em iniciativas da Casa dos Estudantes do Império — que abrirá caminho à consciência nacional e à luta armada pela independência, nas então colónias portuguesas. Acaba também por coincidir no tempo com a emergência da questão colonial no campo político antifascista e, sobretudo, no discurso do PCP, que, no final da década de 1950, reivindica em definitivo o nexos entre o objectivo da democratização de Portugal e a autodeterminação dos povos africanos (Pereira, 2005: 503-572).

O *Jornal-Magazine da Mulher* dá muita atenção à actualidade neo-realista: novidades editoriais, eventos, prémios, projectos colectivos ou individuais em curso. A atribuição do Prémio Ricardo Malheiros da Academia das Ciências de Lisboa a *Horizonte cerrado* (1949) dá azo a um comentário não assinado sobre Alves Redol, porventura da autoria do responsável pela página “Arte, poesia, letras”, Nascimento Rodrigues (n.º 3, Jun. 1950: 23; Fig. 13). Redol

---

<sup>13</sup>Basta lembrar que *Ilha do nome santo* (1942), de Francisco José Tenreiro, é o n.º 9 da colecção poética “Novo Cancioneiro”.

é visto dentro do campo literário do seu tempo, em função da dificuldade em ser reconhecido no seu valor, por uma correlação de forças que ainda lhe era desfavorável e até hostil: “depois de todas as insuficiências de corrente que começa, é digno de atenção, capaz de impor-se a uma douta leitura e sacar um prêmio tantas vezes cobiçado pelos mantenedores das velhas correntes” (n.º 3, Jun. 1950: 23). E depois extrapola-se o tema da consagração (árdua mas cada vez mais conseguida) do movimento neo-realista: “Será talvez o momento de darem um golpe ao leme, descer um pouco as velas, todos aqueles que, até agora, e tantas vezes e tão asperamente, têm chamado ao Neo-Realismo corrente literária de sujidade, dos fatalistas, dos misticadores” (n.º 3, Jun. 1950: 23).



Fig. 13. N.º. 3 Agosto 1950: 22-23

A opção do jornal dirigido por Lília da Fonseca é a de valorizar as individualidades neo-realistas. Dar-lhes rosto e voz na primeira pessoa, conforme os requisitos de um magazine cultural. Daí a recensão crítica mais densa ou o ensaio crítico de fundo (apanágio da *Vértice*) estarem ausentes das suas páginas, em favor da notícia e da entrevista. Veja-se na coluna



Na mesma página é de assinalar uma espécie de obituário de Soeiro Pereira Gomes, falecido em 1949 como militante clandestino do PCP: noticiam-se a edição do póstumo *Refúgio perdido* pela SEN-Sociedade Editora do Norte<sup>14</sup> e a existência de um romance inédito, *Engrenagem*, que a mesma editora irá publicar em 1951. Nada na notícia identifica a actividade política do escritor, naturalmente. Sublinham-se a criatividade de Soeiro, interrompida ainda jovem, e a sua identificação histórico-literária com a “*transição do romantismo para o realismo*” (n.º 5, Out. 1950: 25), enquanto “neo-realista — escritor de olhos virados para a Vida, desenhando, com muita graciosidade e sempre com verdade os *homens que nunca foram meninos*” (n.º 5, Out. 1950: 25).

Soeiro exemplifica, como exemplo extremo, a marginalização e conseqüente privação de vida pública por parte dos escritores portugueses adversários do salazarismo, antes de mais dos neo-realistas. A longuíssima repressão política, o fechamento do país sobre si próprio, o alheamento da população da vida cultural pela miséria, iliteracia e analfabetismo endémicos isolaram socialmente os escritores na sociedade portuguesa. Carlos de Oliveira chamou-lhe “complexo do iceberg” (1979: 181).

O esforço continuado de *Jornal-Magazine da Mulher* vai no sentido de resistir à omissão e ao silenciamento, à invisibilidade pública dos escritores e artistas. Ao lado do obituário de Soeiro está bem expressa a denúncia desse ambiente turvo, definhado pela “carência de revistas de cultura e de arte, [pel]a quase ausência duma crítica literária seriamente orientada nos nossos grandes jornais, [pel]a falta já tradicional dum nível intelectual actualizado do povo” (n.º 5, Out. 1950: 25).

---

<sup>14</sup>A SEN-Sociedade Editora Norte foi criada no Porto em 1942 como cooperativa com propósitos de “servir a causa da Cultura e do esclarecimento artístico do Povo Português” (SEN, 1951: 1). Integrava nos seus corpos gerentes intelectuais neo-realistas/activistas da Oposição, inclusive da AFPP (Serralheiro, 2011: 177). Foi encerrada pela PIDE em 1959.



O apelo à participação no inquérito denuncia muito mais do que o cerceamento da vida pública dos autores do “novo realismo”. Não é forçado ver nesta apresentação uma chamada de atenção para a encruzilhada então vivida pela literatura do tempo, ainda hegemonizada pelo movimento neo-realista. A vontade de ouvir os leitores para melhorar a literatura e assim “escapar ao «gosto fácil» e ao esquematismo” confirma a intuição de um limite já atingido e, porventura, da multiplicação de epígonos.

Não ao acaso, os anos 1950 levam escritores neo-realistas de primeira linha (Alves Redol ou Carlos de Oliveira) a reescreverem obras anteriores e a pensarem em perspectiva o caminho percorrido, na maioria sob a forma de prefácios (com fôlego analítico e retrospectivo) às reedições dos seus livros ou dos seus companheiros. O projecto colectivo neo-realista vivia o seu ocaso, cada um seguiria o seu caminho, preservando os laços antigos de convivência. Outras correntes estéticas e outros modos de representação do real ganhavam proeminência, sob o impacto do cinema, da canonização do modernismo e sobretudo de Pessoa, mesmo se não enjeitassem afinidades com o Neo-Realismo, como José Cardoso Pires ou Maria Judite de Carvalho.

Este inquérito do *Jornal-Magazine* denota um segundo núcleo de questões. Faz-se nele a alusão ao bloqueio imposto ao país cultural pela ditadura naqueles anos 1950. Claro que se massificam consumos culturais de uma população mais urbanizada, escolarizada e sequiosa das novidades estrangeiras. No entanto, persistiam os constrangimentos à profissionalização e projecção nacional e internacional dos escritores, a fragilidade e controlo de estruturas institucionais de promoção e mediação da leitura, do negócio editorial, da rede mediática de suporte ao mundo cultural e artístico, da Universidade como pólo dinamizador de cultura. Os termos em que se apresenta este inquérito do *Jornal-Magazine*, à beira de encerrar ao n.º 52, evidenciam o impasse do ano de 1956, mas também a potência de mudança, já que coincide no tempo com a criação da Sociedade Portuguesa de Escritores e da Fundação Calouste Gulbenkian.

Ao folhear a colecção do *Jornal-Magazine da Mulher* não passa despercebida a militância cultural de cunho oposicionista e neo-realista, com enorme destaque para a divulgação literária. Na literatura (sobretudo mas não só) neo-realista e suas margens pulsou e alimentou-se o imaginário resistencialista do antifascismo. O *Jornal-Magazine da Mulher* fê-lo na interação com as redes de relações pessoais, estruturas e circuitos de comunicação que o movimento neo-realista conseguiu criar e dinamizar para *virar a mesa* contra a *política do espírito* salazarista, então já em declínio. E se colocadas em perspectiva histórica, a diversidade e a contradição dos ângulos adoptados na figuração do império africano ou da mulher confirmam a revista como parte activa na evolução desse campo cultural para a luta anticolonialista ou na abertura para uma ideia mais completa de emancipação feminina.

Graças a este estudo de caso, fica claro que a compreensão do Neo-Realismo e da cultura de oposição (em que ele foi dominante) tem de considerar mais do que a produção de ideias e obras vinculadas à intervenção político-social. Para o efeito impõe-se uma visão sistémica e dialógica deste fenómeno cultural nas “dinâmicas de circulação, comunicação e apropriação dos bens culturais, que, por princípio teórico, sempre envolvem mudanças em seus sentidos ou, dito de outra forma, naqueles presentes nas intenções de seus produtores” (Gomes & Hansen, 2016: 13).

Em vez de visões dicotómicas que sempre opõem intelectuais criadores e intelectuais mediadores — inoperativas quando se trata de Neo-Realismo —, ficamos cientes de que a transferência do imaginário neo-realista e oposicionista teve agentes, conteúdos e vias de circulação mais diversos e inesperados do que normalmente se refere. Nas páginas deste jornal são visíveis a iniciativa das mulheres (jornalistas, escritoras, atrizes, artistas visuais) e a combinação de expressões eruditas e populares/massificadas de cultura – mescla que seria certamente depreciada pelas figuras gradas (todas elas masculinas) do Neo-Realismo que pretendiam democratizar a alta cultura e rejeitavam o entretenimento e a massificação. Não menos significativo é ainda o destaque conferido a prosadoras afirmadas nos anos 1940, à

margem do movimento neo-realista, embora com ele comunicante, e do campo literário português do tempo.

Sendo assim, a mediação não se reduz a simplificar ou didactizar, mesmo num meio de comunicação tido como superficial e menos nobre. Com audiência limitada, convém dizê-lo, esta imprensa feminina foi estratégica na tentativa de expandir e consolidar a cultura antifascista junto de grupos mais amplos e não especializados/politizados. Como vimos, o periódico em estudo destaca a ficção breve feminina, a literatura africana e, claro, o Neo-Realismo, no que confirma a importância dos agentes, mecanismos de circulação e “novos sentidos [...] gestados a partir da recepção dos bens culturais; de como tais bens transitam entre grupos sociais variados; de como a esfera da cultura se comunica, efetivamente, com a esfera social” (*idem*: 26).

É por isso tão reveladora uma circular da livraria da SEN, de Novembro 1951 (Fig.16):

**NOVIDADES LITERÁRIAS**

A livraria da SEN tem sempre, em destaque, as mais recentes obras publicadas no nosso país, bem como outras possíveis para serem que são editadas em Portugal, responsáveis por uma vasta gama de publicações incluindo os estrangeiros.

**ACABA DE SAIR**

**Poesia**

Grupos Brancos - *Das Canções*

As Palavras Inesperadas - *Expansão de Andrade*

A situação económica no tempo de Portugal - *de José Gomes Ferreira*

Quinta de Vigário - *de José Gomes Ferreira*

Em volta de minha guitarra - *de José Gomes Ferreira*

Diário de um homem - *de Miguel Torga*

A Vigília e o Espólio - *de José Gomes Ferreira*

Tudo de literatura - *de José Gomes Ferreira*

**COLEÇÃO POPULAR**

Crónicas de José Gomes Ferreira - *de José Gomes Ferreira*

Memórias de José Gomes Ferreira - *de José Gomes Ferreira*

A situação de José Gomes Ferreira - *de José Gomes Ferreira*

Esta pequena obra contém - *de José Gomes Ferreira*

Segunda e Terceira - *de José Gomes Ferreira*

A situação actual - *de José Gomes Ferreira*

**ALVES REDOL**

Canção de Fátima - *de Alves Redol*

Canção de Fátima - *de Alves Redol*

Canção de Fátima - *de Alves Redol*

**CONHEÇA OS CLÁSSICOS PORTUGUESES ATRAVÉS DA MAGNÍFICA COLEÇÃO 'CLÁSSICOS DA BIBLIOTECA'**

**Assine estas obras em fascículos**

**ALGUNS LIVROS E PUBLICAÇÕES DISTRIBUÍDAS PELA SEN**

**LITOGRAFIAS DE JULIO POMAR**

**Relazioni Internazionali**

**VERTICE**

Fig. 16. Circular da livraria da SEN, Novembro 1951: 6-7

As novidades editoriais são um catálogo da produção neo-realista e dos seus *compagnons de route*. Indiciam as suas formas de promoção e comercialização de bens culturais. Aí se plasmam as vias alternativas às estruturas oficiais e aos *media* dominantes para construir públicos, para enraizar uma formação humanista, enciclopédica, cosmopolita, integral, em suma, de homens e mulheres cultos, capazes de com ela construírem uma acção política e um horizonte nacional alternativo. Não por acaso, entre o anúncio ao *L'Observateur* e os títulos mais recentes de Alves Redol, lá aparece a “magnífica revista feminina” *Jornal-Magazine da Mulher*, vendida avulso a 5\$.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARNEIRO, Gustavo Antunes Rodrigues Martins. (2013). *Paz, palavra proibida – o Partido Comunista Português e a luta pela paz (1950-1952)*. [Tese de 2º Ciclo]. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/72466/2/28537.pdf> [29/07/2018].
- CARVALHO, Mário Vieira de. (2006). *Pensar a música, mudar o mundo: Fernando Lopes-Graça*. Porto: Campo das Letras.
- DIAS, Luís Augusto da Costa. (2011). *O “Vértice” de uma renovação cultural. Imprensa periódica na formação do Neo-Realismo (1930-1945)*. [Tese de Doutoramento]. Coimbra: Universidade de Coimbra. [https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/20295?locale=pt\\_PT](https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/20295?locale=pt_PT) [29/07/2018].
- FERREIRA, Ana Paula. (1996). Um casamento infeliz ou os neo-realistas e o feminino. *Revista Colóquio/Letras*, 140-141, 147-154.
- FERREIRA, Ana Paula. (2002). A "literatura feminina" nos anos quarenta: uma história de exclusão. In *A urgência de contar. Contos de mulheres dos anos 40* (pp. 13-53). Lisboa: Caminho.
- GEORGE, João Pedro. (2002). *O meio literário português. Prémios literários, escritores e acontecimentos (1960-1998)*. Lisboa: Difel.

GOMES, Ângela de Castro & HANSEN, Patrícia Santos. (2016). Apresentação – Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In GOMES, Ângela de Castro & HANSEN, Patrícia Santos. (Eds.). *Intelectuais mediadores. Práticas culturais e ação política* (pp. 7-37). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GORJÃO, Vanda. (2002). *Mulheres em tempos sombrios. Oposição feminina ao Estado Novo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

*Jornal-Magazine da Mulher*. 1950-1956. 52 n.os (periodicidade mensal; a partir do n° 49, Setembro 1955, com o nome *Jornal-Magazine*), BNP: J. 4703 B.

LARANJEIRA, Pires. (1995). *A negritude africana de língua portuguesa*. Porto: Afrontamento.

MADEIRA, João. (1996). A polémica interna do Neo-Realismo. In *Os engenheiros de almas. O Partido Comunista e os intelectuais* (pp. 277-314). Lisboa: Estampa.

MIGUÉIS, José Rodrigues. (1930). Sobre os fins e a coragem nos meios de actuar I. *Seara Nova*, 220, 58-61.

NEVES, José. (2008). *Comunismo e nacionalismo em Portugal. Política, cultura e história no século XX*. Lisboa: Tinta da China.

OLIVEIRA, Carlos de. (1979). O iceberg (1966). In *O aprendiz de feiticeiro* (pp. 181-197). 3ª. ed. corrigida. Lisboa: Sá da Costa.

*Os Nossos Filhos*, 1942-1964. 205 n.os (periodicidade mensal entre 1942 e 1958 e anual até 1964). BNP: J. 5317 B.

PEREIRA, José Pacheco. (2005). *Álvaro Cunhal. Uma biografia política III. O prisioneiro (1949-1960)*. Lisboa: Temas & Debates.

PESSOA, Ana Maria Pires. (2016). Revista *Os Nossos Filhos*: resistência e oposição ao Estado Novo – Um olhar sobre as ligações sociais e profissionais da sua autora. *Faces de Eva. Estudos sobre a mulher*, 36, 97-114. [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0874-68852016000200008](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-68852016000200008) [29/07/2018].

PITA, António Pedro. (2002) *Conflito e unidade no Neo-Realismo português. Arqueologia de uma problemática*. Porto: Campo das Letras.

PITA, António Pedro. (2011). As vias da arte – A via curta e a via longa. In MARGATO, Izabel & GOMES, Renato Cordeiro (Eds.). *Literatura e revolução* (pp.11-28). Belo Horizonte: UFMG.

SEN-Sociedade Editora Norte. (1951). *Circular*. 4.  
<https://www.facebook.com/manueldeazevedo1916/posts/s-e-n-sociedade-editora/1092713564177604/> [29/07/2018].

SERRALHEIRO, Lúcia. (2011). *Mulheres em grupo contra a corrente*. Rio Tinto: Evolutiva Edições.

SIRINELLI, Jean-François. (1998). As elites culturais. In RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (Eds.). *Para uma História Cultural* (pp. 259-279). Lisboa: Estampa.

TRINDADE, Luís. (2016). *Narratives in motion. Journalism and modernist events in 1920s Portugal*. New York/Oxford: Berghahn Books.

VASCONCELOS, Gastão. (2005). *Jornal-Magazine da Mulher*. In CASTRO, Zília Osório de & ESTEVES, João (dir.). *Dicionário no feminino (séculos XIX-XX)* (pp. 469-470). Lisboa: Horizonte.

VIÇOSO, Vítor. (2011). *A narrativa no movimento neo-realista. As vozes sociais e os universos da ficção*. Lisboa: Colibri.